

## NOVAS PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO E DA CIDADANIA NO CONTEXTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Massimo Di Felice<sup>1</sup>

### APRESENTAÇÃO

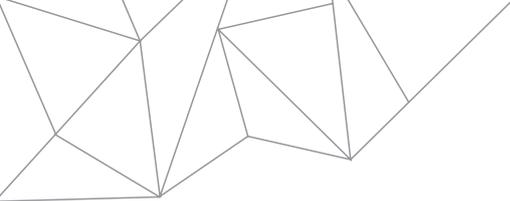
Esta edição da TICs & EaD em Foco traz uma entrevista com o professor Massimo Di Felice. Formado pela Universidade de Roma La Sapienza, com doutorado pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Sorbonne, em Paris, ele tem sido uma figura importante no debate sobre as novas perspectivas da participação e da cidadania no contexto das plataformas digitais. Nesta entrevista, o professor se dispôs a responder a algumas de nossas perguntas sobre conceitos importantes que contribuirão para pensarmos um mundo cada vez mais interconectado, o que nos faz vislumbrar algumas de suas ideias sobre como e em quais termos as novas demandas impostas pelos sujeitos em contato com as tecnologias digitais impactam as relações sociais, bem como os desafios dos novos significados da participação por meio da conectividade no âmbito das ciências humanas e sociais. Confira a conversa a seguir.

***1. Em sua obra “Cidadania Digital”, a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais são abordadas. O senhor poderia, então, explicar o conceito de cidadania digital?***

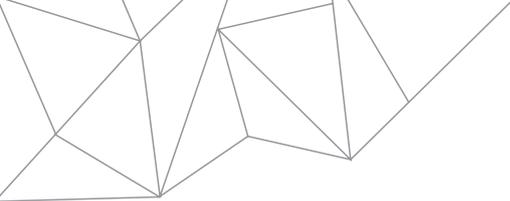
O conceito de cidadania digital tem diferentes significados e tem assumido, nas últimas décadas, contribuições diferentes. Uma primeira contribuição que coincide obviamente com o advento da disseminação da internet em âmbito global é relativa aos novos tipos de interações e de arranjos que as tecnologias digitais começaram a implementar na relação entre público e privado, entre cidadão e governo em particular. Portanto, uma primeira linha vai à direção de um desenvolvimento de um direito específico, para regulamentar a própria internet de um lado, e por outro também, para copiar as novas dinâmicas de interação que a internet produz, por exemplo, todo discurso sobre a privacidade dos dados. Assim, há ali uma linha específica da comunicação da cidadania digital que dá a este conceito significado mais jurídico, de

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Sociologia pela Università Degli Studi La Sapienza, doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Paris Descartes V, Sorbonne. Tem experiência na área de Sociologia, Antropologia e Comunicação, nos últimos anos, suas pesquisas vêm aprofundando o estudo das redes complexas em três dimensões.



regulamentação, de criação de um direito específico para os contextos digitais. Uma segunda linha é a de contribuições que formam o amplo contexto da cidadania digital relativa aos estudos das novas formas de governança, isto é, de um lado, a criação de data-base e a possibilidade de digitalizar os dados dão a possibilidade de tornar públicos todos os dados da administração pública dos governos e, portanto, de criar, colocar em prática o processo de transparência e melhorar, dessa maneira, a relação entre governo e público. Do outro lado, há, também, todas as tecnologias digitais que podem possibilitar o incremento da participação dos cidadãos na atividade pública e, desse modo, implementar a forma de incremento do protagonismo dos cidadãos, que vão desde a possibilidade de criação de referendo para pedir opinião dos cidadãos diante de questões, ou as formas de controle via digital dos cidadãos sobre os seus representantes ou, também, sobretudo, a forma de participação de criação de um debate público por meio do digital, de plataformas, de listas de grupos de discussões que vão poder ampliar o debate e permitir uma discussão contínua sobre um assunto de interesse público que consiga fazer participar a população inteira de determinadas comunidades do interior do país. No meu livro “*Cidadania digital*”, eu abordo outra interpretação que é consequência da evolução da web e a evolução, sobretudo, das últimas gerações de direitos da internet e disseminação de sensores, difusão da disseminação de plataforma *blockchain* e o processo de identificação. Nesse contexto, a cidadania digital assume o significado de um novo tipo de ecologia da interação, no interior da qual os humanos e não humanos, pelo processo de identificação, passam a criar formas de interações e a interagir em uma forma de construção de um contexto, de uma ecologia que já não é determinada, mas que passa a determinar pelas múltiplas interações entre humanos e não humanos, isto é, em outras palavras, cidadania digital é o aumento de um novo tipo de cidadania dos humanos, pelos sensores, pela datificação, pela plataformização das relações que passa a interagir e, conseqüentemente, a mudar em diálogo com o clima, em diálogo com os vírus, em diálogo com todas as diversas entidades que compõem a complexidade da biosfera. Essa interação somente é possível pelo processo de datificação, que se dá, portanto, somente pelas arquiteturas digitais, que, nesse sentido, modificam a própria ideia de sociedade tal como elaborada pelo pensamento ocidental, que reduz as interações apenas dos humanos e modifica também o próprio conceito de política, que deixa de ser apenas o resultado das interações dos humanos e passa a ser o resultado de interações hiper complexas entre entidades de diversos tipos que vão desde a dimensão geológica, a dimensão atmosférica, a dimensão da circulação do oxigênio, da disseminação dos vírus e da disseminação das ideias.



## **2. Na sua opinião, como o conceito de cidadania digital impacta o debate de sociedade nas ciências humanas e sociais?**

Essa ideia de cidadania digital implementa, obviamente, uma transformação radical, também, nos estudos no âmbito das ciências humanas, assim como a pandemia e as mudanças climáticas também estão implementando, isto é, hoje, a dimensão humana não é algo considerado somente em importantes estudos sobre a essa temática; não é algo que pode ser delimitado mais aos sujeitos humanos, aos estudos das interações do significado da linguagem da produção humana. Ela, no contexto de mudanças climáticas, no contexto pandêmico e num contexto de identificação, deve ser ampliada a uma dimensão de redes hiper complexas, e, por isso, o clima tem a ver com o humano, os dados. *Os data* têm a ver com o humano e passa a modificar os humanos, o nível geológico e os vírus. Tudo que existe no interior da biosfera é algo que não é apenas externo, e, assim, não deve ser entendido numa lógica de representação do humano sobre o mundo, mas a própria dimensão do humano hoje é de uma dimensão biosfera. E, desse modo, a cidadania digital, as mudanças, o protagonismo dos não humanos, as mudanças contemporâneas questionam o significado do humano assim como é entendido na tradição ocidental, na judaico-cristã, na grega e na tradição que chega a ter a modernidade no ocidente que o pensa como um sujeito, um sujeito pensante, um sujeito ator, único ator e num mundo coisificado, em uma realidade reduzida a objetos, matérias-primas, reduzida ao animal e vegetal, ou seja, às realidades inferiores. As mudanças climáticas, a pandemia e o processo de digitalização que conecta tudo o que existe hoje estão ressignificando e obriga-nos a ressignificar a própria ideia do humano. Consequentemente, as ciências humanas devem ser repensadas numa dimensão não apenas de humanas.

## **3. Como a comunicação digital e as redes alteraram as configurações de poder e hierarquia, as noções de público e privado, e de produção e de consumo? De modo geral, como isso pode se apresentar de modo positivo e negativo?**

Todos os processos e, por conseguinte, todas as alterações comportam transformações complexas, que, em parte, são continuações de processos anteriores. De um lado, são inovadoras e, por outro, comportam transformações positivas e negativas. Ou seja, como tudo que é da dimensão da complexidade, os processos são sempre contraditórios e não lineares. Logo, o próprio processo de transformação em que, nesse momento, as tecnologias digitais e a própria cidadania digital nos colocam, significa um processo complexo, não linear, que não pode ser reduzido apenas a uma análise simplificada, binária, de positivo ou negativo. É um fenômeno em andamento, bem complexo, que precisa



ser monitorado, e cada um deles tem alguns aspectos de inovação que, obviamente, não estão desvinculados das transformações de incremento da participação, do incremento da possibilidade de acesso aos dados dos indivíduos, da implementação da forma de transparência de autogoverno. Basta pensar nos *blockchain*. Por outro lado, há, também, processos contrários, isto é, há a implementação da forma de controle, da forma de acesso limitado a determinadas comunidades comparadas às outras, a forma de mapeamento de controle generalizado etc. Então, como é próprio da abordagem científica, da abordagem da complexidade, os fenômenos devem ser abordados em uma dimensão complexa que não esmague a sua interpretação ao nível de simplificação e a um julgamento ético definitivo, positivo ou negativo, mas que contemple sempre a possibilidade de transformações que não podem ser imediatamente compreendidas e, sobretudo, analisadas com julgamento definitivo.

#### **4. O senhor poderia abordar um pouco sobre o Manifesto pela Cidadania Digital, assinado pelo senhor e por outros pesquisadores importantes do tema?**

O manifesto sobre a cidadania digital é o resultado de seminários, publicações, reuniões e pesquisas que o Centro de Pesquisa<sup>2</sup> vem desenvolvendo há tempos e em diversos países. Sendo assim, é o resultado do diálogo com pesquisadores e colegas de outros países sobre o significado das mudanças que as tecnologias digitais vêm implementando no âmbito da participação, nos termos das interações e do próprio significado do comum. Lembro que, tempos atrás, o Centro de Pesquisa, desenvolvendo uma pesquisa de três anos financiada pela FAPESP, criou uma rede internacional e realizou dois congressos internacionais: um primeiro em São Paulo e um segundo itinerante em quatro países (Portugal, Itália, França e Brasil). [Esses eventos] reuniram pesquisadores de diversos países e ativistas também digitais para debater os novos significados da participação através da conectividade. Então, o resultado de tudo isso gerou um ulterior avanço na criação de um manifesto onde nós implementamos a ideia de debater essa mudança de paradigma que o processo de digitalização contemporâneo produz e a relação não apenas de governar, mas também da ideia de ecologia, da nossa ideia de comum e da nossa interação, a interação dos humanos com as diversas entidades que povoam a biosfera. Portanto, o manifesto é uma tentativa de abrir um debate internacional que passe a contemplar essa mudança de paradigma, nos seus diversos significados. Isso é algo importante num debate completamente aberto, com as suas diversas declinações em diversas perspectivas também de conhecimento.

<sup>2</sup> Refere-se ao Centro de Pesquisa Atopos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), nota do transcritor.



**5. Esse texto é dividido em quatro partes, como forma de apresentar um campo de pesquisa sobre o assunto. Desse modo, desde a sua assinatura, já temos novidades nesses estudos?**

A evolução do Manifesto é a criação de uma rede internacional que, no Brasil, é composta por mais de 20 docentes e pesquisadores de 15 estados diferentes. Há a criação de uma plataforma de formação à cidadania digital que hoje está *on-line* e que tem 20 verbetes de conteúdos e temáticas de aprofundamento sobre as questões da cidadania digital, desde a plataformização ou datificação, entre outros. Cada verbete tem um conjunto de artigos, de palestras e biografias, porque esses extras exprimem um guia, uma introdução de conhecimento àquela determinada temática e, também, evolui por meio da criação de um simpósio, de um festival internacional que acontece a cada ano. O do ano passado teve mais de 400 participantes e estava acontecendo em dezembro, onde, nesse debate, as principais temáticas se apresentaram como exemplos concretos de implementação de cidadania digital.

**6. Atualmente, vivemos em um novo tipo de arquitetura social, causada pelas transformações tecnológicas, que ampliaram a presença das redes digitais do nosso tempo. Como nos compreendemos diante dessas novas formas de interações?**

Como as tecnologias digitais implementam mudanças na nossa forma de conhecer, é algo extremamente significativo as evidências da qualidade dessas transformações. Vou dar dois exemplos rápidos, concretos: pensemos, por exemplo, nas vacinas que foram encontradas rapidamente num período de apenas 15 meses com relação à Covid-19. Essas vacinas foram encontradas pela habilidade dos pesquisadores, pela rapidez dos cálculos e pela criação de cenários proporcionados pelos computadores, pelo processamento de dados, pelos algoritmos e, conseqüentemente, nós hoje temos salvado bilhões de vidas no mundo rapidamente, pela rapidez com que as tecnologias digitais permitiram o encontro de uma vacina eficaz contra a Covid-19. Outro exemplo ainda mais profundo, digamos assim, da implementação de uma transformação da área de conhecimento pelas tecnologias digitais é o estudo de algumas partes, de alguns planetas, de algumas constelações longe do nosso Sistema Solar, cuja observação seria impossível com telescópio. É realizada por meio da decodificação de ondas de rádio que são transmitidas, que é um processo complexo computadorizado que consegue transformar essas ondas de rádios em imagem, que são imagens de extrema e profunda qualidade e que nos permite, portanto, a visualização e o estudo dessas partes longínquas do universo. Elas são alcançadas, dessa maneira, não pela observação. Não somos nós que estávamos observando a natureza, mas é a datificação



da natureza que nos permite enxergar essas partes do universo. Essas dimensões de um tipo de interação entre nós e o mundo, entre nós e a natureza através dos dados são uma das grandes fronteiras da pesquisa da ciência do conhecimento contemporâneo. Nós, hoje, não olhamos mais a natureza, mas a reconstruímos, interpretando-a como datificada, só pelos dados. É o processo de datificação que produz, de uma maneira diferente daquela da observação, o que nós chamamos de realidade na natureza.

***7. Nas suas pesquisas, o senhor analisa de que forma os aspectos do modelo ocidental de sociedade, baseados na centralidade do humano, não são mais adequados à compreensão do mundo atual. Pensando no conceito de cidadania digital, quais são as principais mudanças que estamos vivendo, considerando os modelos de participação social, interação e governança? Estamos sabendo lidar com essas transformações?***

Me parece que há dois mundos: de um lado, o mundo da política apenas humano, como foi criada pela pólis grega e que chegou até a modernidade industrial, baseado, ainda, em partidos políticos, líderes e representantes humanos, representante de ideias ou de interesses apenas humanos. Do outro lado, a política, a forma de governança no terceiro milênio, que não é mais baseada em líderes, ou em ideologias, ou em interesses apenas humanos ou econômicos, mas é baseada na interação hipercomplexa dos humanos com as entidades não humanas, sejam essas vidas, ou as mudanças climáticas, ou a própria forma automatizada de inteligência. Conseqüentemente, nós estamos passando da ideia de governança política apenas humana para uma ideia de governança da hipercomplexidade, que tem a ver com a pandemia e com mudanças climáticas etc. Essa é a fronteira da participação da governança do terceiro milênio, e ela só será possível pela interação com dados, com algoritmos e com uma forma de comunicação entre a inteligência humana com as inteligências do clima, a da geologia, a dos vírus, a dos dados e a não humana.

***8. Quais os pontos positivos e negativos dessas transformações na forma de nos compreendermos como modelo social, e como foi esse processo de transformação digital na educação? Diante dessas transformações, estamos sabendo aplicá-las de forma correta?***

A pandemia, sem dúvida, gerou uma nova luz em um processo que já estava em curso, de digitalização da prática de ensino e de construção de processos formativos. Ela também obrigou a todos a utilizar tecnologias digitais para poder continuar a atividade em si. Isso, obviamente, e junto com discussões atuais sobre o metaverso, gerou, a meu



modo de ver, uma transformação irreversível. A volta às aulas não terá o mesmo significado de voltar às aulas como era antes, porque, inevitavelmente mesmo, a volta física às aulas hoje nos obrigará, também, a coincidir com uma ampla utilização de conteúdos *on-line*. E, portanto, os alunos ou as novas gerações começaram a entender que o processo formativo não se dá apenas em sala de aula, não se dá apenas pela leitura também de textos, nas bibliotecas, mas se dá também junto às aulas em plataforma, em contextos digitais. Esse processo, também, obviamente, alterará, e, talvez, o próprio metaverso consistirá nas novas arquiteturas acadêmicas e formativas que, nos próximos anos, nós teremos. Logo, podemos pensar que já estamos passando de uma forma de construção de processos formativos em contextos presenciais para uma construção de processo formativo *OnLIFE* ou em metaverso.

***9. As formas de projeção profissional, de manifestar opinião e engajar pessoas diante de uma ideia perpassam hoje pela projeção digital. Com base nisso, na sua opinião, a questão da construção de grandes líderes políticos e ativistas está totalmente submetida à projeção virtual atualmente?***

Do ponto de vista da participação da governança, essas mudanças são diferentes. Uma primeira é obviamente da vontade, da possibilidade de que as tecnologias digitais ofereçam aos cidadãos, em qualquer lugar do mundo, a participação e, portanto, a implementação da forma de ativismo no mundo inteiro, desde movimento pelo meio ambiente, movimento de vários tipos. A população, hoje, não se contenta mais a escolher ou eleger um candidato a cada quatro anos, mas, com as tecnologias digitais, continuamente, participa do debate, exprime suas opiniões, cria conflitos, entre outros. Provavelmente, a qualidade desse debate e a qualidade desses conflitos variam segundo os contextos, segundo o nível cultural de cada país e de cada contexto. Do outro lado também, há uma crise profunda da ideia de democracia, que usa da participação do cidadão a eleger alguém a cada quatro anos. Isso é a causa do problema; é a causa do fato de que, hoje, no mundo inteiro, a população, ao mesmo tempo em que participa ativamente criando um movimento de vários tipos, se afasta a cada dia mais dos partidos políticos, das velhas formas de participação. Há uma dicotomia clara entre o mundo passado, que é o mundo dos partidos políticos, que é o mundo das ideologias, o mundo da participação que a modernidade industrial europeia difundiu no mundo; há um novo tipo de participação, que é desorganizada, espontânea, que é ligada a conceitos, argumentos, e não à ideologia, que não é liderada por partidos, que não cria representantes, que não se contenta apenas em eleger alguém, mas quer debater, discutir e participar. Ao lado dessa mudança, nós temos mudanças com duas grandes arquiteturas, as plataformas que foram implementadas em diversos contextos para



criar debates continuados e para ter produção de leis e para a criação de novas formas de experimentação, uma forma de participação em diversos lugares do mundo. Vou dar como exemplo o alemão e o italiano (com a plataforma Rousseau), que são as duas principais; mas há muitas outras que estão implementando a forma de participação sem partido. O cidadão, pelas plataformas, pode interagir e criar formas de debate e de participação ativa. Outros grandes exemplos são os *blockchain*. A maior delas, a bitcoin, uma moeda não emitida por um governo ou banco central, mas criada e validada pelos próprios membros da vida. São formas de autonomia, de participação direta que encontram nas tecnologias digitais a arquitetura necessária para implantar essa forma de autonomia e autogoverno.

**10. O Brasil terá disputas eleitorais em 2022. Em uma breve análise, qual será a importância da disputa de espaços e preferência do eleitor no cenário digital?**

As disputas eleitorais não são mais a expressão de uma forma inteligente de governança, mas são pressões de um mundo velho, obsoleto, em extinção, que é o mundo governado apenas pelos humanos. É o mundo do conflito, que é o do poder dos humanos. O mundo dos interesses exclusivamente dos humanos, que é o dos interesses de grupos, de facções políticas, de líderes com propósitos, que é o mundo que pensa apenas com o umbigo dos humanos, isto é, o mundo que se define nas brigas de opiniões, nos conflitos *on-line*, no número de *likes*, nas guerras pela disputa do poder dos humanos. Esse mundo é a expressão da decadência da inteligência dos humanos e, ao mesmo tempo, expressa a extinção da pólis, daquele mundo pensado como objeto, como uma matéria-prima, a ser utilizado ou governado pelas inteligências do sujeito humano, pelo “zoo” político aristotélico do animal político. O mundo é mais complexo: se quisermos nos extinguir, devemos continuar pela linha da política, pela linha dos debates entre os conflitos apenas dos humanos. Se quisermos evitar a extinção como espécie, devemos nos conectar às outras inteligências e repensar a nossa condição numa perspectiva de redes hipercomplexa.

## REFERÊNCIA

DI FELICE, Massimo. Novas perspectivas da participação e da cidadania no contexto das plataformas digitais. [Entrevista concedida a] Bruna Maria Paixão Castelo Branco. Transcrição de Márcio dos Santos Rodrigues. **Revista TICs & EaD em Foco**, São Luís, v. 7, n. 2, semestral, 2021.